

## Que será, que será, que a mídia fingiu não ver e que parou o Brasil?

Nada parecia mais distante da realidade brasileira do que a consigna de “greve geral”. Em primeiro lugar, porque o movimento sindical está cindido em várias centrais, algumas das quais deram apoio ao golpe midiático, parlamentar e judicial que levou o país a uma crise sem precedentes. Em segundo lugar porque as tentativas de greve geral ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 enfrentaram grandes dificuldades organizativas, basearam-se fortemente na paralisação dos transportes coletivos e só obtiveram, quando muito, sucesso parcial. Em terceiro lugar, porque a mídia vem jogando no time do governo Temer e reforçando a propaganda enganosa de que as contrarreformas em curso são benéficas para o país e a população. E, finalmente, porque as greves costumam ser tratadas no Brasil como rebeliões de escravos, a merecer castigo seja nas mãos da Polícia Militar ao vivo e a cores, seja a cargo dos próprios patrões no *day after*.

E no entanto... No entanto, o Brasil parou no dia 28 de abril. Sim, parou! Estima-se que cerca de 35 milhões de trabalhadores e trabalhadoras cruzaram os braços em enérgico sinal de repúdio às “reformas” trabalhista e da Previdência Social. Capitais, cidades médias e pequenas, o Brasil foi atravessado de ponta a ponta pelos ventos do protesto. A repressão compareceu, como sempre, mas não conseguiu conter a vaga humana decidida a dizer um sonoro “não” a Temer e sua claqué. Das metrópoles, somente no Rio de Janeiro a mobilização ficou aquém do esperado, em razão da enorme truculência da PM. Inúmeros relatos coincidem em apontar a ação policial na capital carioca como “insana”, pois a violência foi indiscriminada e a PM procurou deliberadamente acuar e cercar os manifestantes: os policiais chegaram a lançar bombas de gás no palanque montado para o ato público enquanto um

deputado estadual discursava. Outro ato de barbárie ocorreu em Goiânia, quando um capitão da PM quebrou seu cassetete no rosto de um jovem manifestante desarmado e pacífico, que sofreu traumatismo craniano.

Em São Paulo a violência policial também chegou à USP. Ao reprimir uma tentativa de estudantes de derrubar a grade do reitor na ECA, os policiais militares “comunitários” agrediram e prenderam um aluno da FEA que se encontrava no local tocando tambor. O festejado “Sistema Koban” da PM na USP confirma assim sua verdadeira finalidade: repressão pura e simples, violência pura e simples, com a anuência cúmplice da Reitoria.

**“Incitação ao crime”.** Em outro *front*, a Polícia Civil da capital paulista determinou a prisão de três ativistas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Juracy, Luciano e Ricardo, encaminhados para o Centro de Detenção Provisória Vila Independência (Vila Prudente). Eles foram detidos de forma ilegal em Itaquera e acusados de “incitação ao crime”, incêndio e explosão. O delegado considerou como “incitação” as palavras de ordem dirigidas pelos militantes contra o governo Temer, as reformas trabalhistas e previdenciária.

De qualquer modo, a greve geral alcançou grande adesão, a par

de conquistar a simpatia da população. Foi, por isso, vitoriosa em vários sentidos. Não se deixou intimidar nem pela repressão policial, nem pela narrativa falsificada posta a circular em telejornais e radiojornais, que tentaram escamotear o verdadeiro significado do movimento. Duas ativistas do Coletivo Interozes, Bia Barbosa e Mônica Mourão, assim descreveram a atitude da mídia: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo, diz a sabedoria popular. [...] a relação entre a imprensa comercial e Michel Temer é de servidão ou sintonia. O posicionamento oficial do governo, divulgado através de nota do Presidente e em entrevista do ministro da Justiça Osmar Serraglio, estava no mesmo tom da cobertura feita nesta sexta (28) pelos principais veículos do país. A ordem era não falar em ‘greve geral’, mas sim em ‘dia de protestos’ e, no máximo, ‘paralisações’. E isso foi o difundido para a população brasileira”.

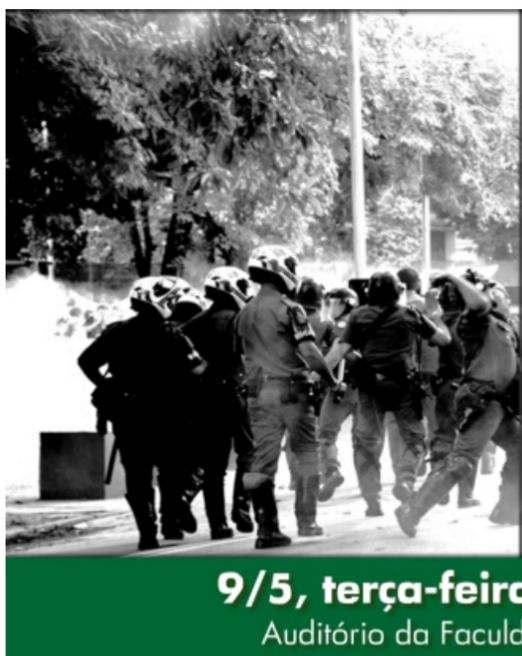
A desinformação, reitera-se, teve início nos dias anteriores à deflagração da greve geral. Escrevendo na manhã de 28 de abril, uma professora do curso de jornalismo da Universidade Federal do Pará, Rosaly Brito, assim descreveu a atitude do principal grupo nacional de mídia: “O jornalismo da Globo, ao silenciar sobre fatos históricos e fundamentais na vida do país do presente, produz deliberadamente o esqueci-

mento. Quem viu ontem os telejornais da Globo, incluindo o *Jornal Nacional*, esteve em contato com um Brasil irreal. E até surreal. Nem uma palavra sobre o movimento que toma o país de ponta a ponta hoje. Sequer uma alusão à paralisação de serviços essenciais, informação que, além do mais, é de utilidade pública. Total negação do país real”.

**Rejeição à agenda.** O que a mídia fingiu não ver é que, ao driblar e superar esses e outros obstáculos postos no seu caminho, uma expressiva parcela do povo brasileiro fez questão de demonstrar sua cabal rejeição à agenda ultraliberal das forças econômicas e partidos políticos que dirigem o governo Temer, expressa no documento “Ponte para o Futuro”, que pretende nada menos do que rasgar a Constituição de 1988, privatizar os fundos públicos destinados aos direitos sociais, re-fundar a escravidão, anular a soberania nacional.

“Os trabalhadores perceberam que estão diante de um ataque sem precedentes”, registrou o jornalista Rodrigo Vianna, para quem a mídia oligopólica está praticando um “jornalismo de guerra”, destituído de qualquer pudor, em defesa da agenda de Temer.

O bloco no poder vem impondo à sociedade brasileira a reversão das modestas conquistas civilizatórias havidas nos últimos anos, e uma série de derrotas: congelamento dos gastos sociais por vinte anos, “reforma do Ensino Médio”, corte pela metade do orçamento para a ciência, terceirização indiscriminada, “reforma trabalhista”, retomada das privatizações etc. Em síntese: a memorável jornada de 28 de abril pode ser um ponto de inflexão nesse criminoso retrocesso. Há que barrar a escravidão, o neocolonialismo, o entreguismo, a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Há que lutar, por nós e pelas gerações futuras. Lutemos, pois!



Em debate  
**USP PÚBLICA ou USP “EMPREENDEDORA”?**  
Gestão democrática ou tirania pró-mercado?  
Participação confirmada:  
**Franklin Leopoldo (FFLCH-USP)**  
**José Sérgio de Carvalho (FE-USP)**  
**Maria Carlotto (UFABC)**  
Organização: Revista Adusp  
**9/5, terça-feira, às 17 horas**  
Auditório da Faculdade de Educação

# Adusp convoca eleições para renovar a Diretoria e Conselho de Representantes

Nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2017, das 9 às 19 horas, serão realizadas as eleições para a Diretoria da Adusp e o Conselho de Representantes (CR), nas dependências da USP. As urnas serão instaladas na sede da Adusp e em algumas unidades a serem divulgadas.

As inscrições das chapas para a

Diretoria deverão ser efetuadas até as 18 horas do dia 12/5, na sede da Adusp em São Paulo, à Avenida Professor Almeida Prado, 1366. No dia 18/5 serão anunciadas as chapas que concorrerão à Diretoria. Já as inscrições de candidatas ou candidatos ao CR devem ser feitas até as 18 horas do dia 19/5.

Nas unidades com vacância de suplente (ou titular) no CR, o eleito cumprirá mandato complementar até o término da gestão do representante titular (ou suplente). Nas unidades sem representantes, os eleitos cumprirão mandato até maio de 2019.

“Os professores precisam ficar

atentos aos prazos e se mobilizar para apresentar candidatos à Diretoria e ao CR. É muito importante ter um sindicato forte e representativo neste momento de ataques às carreiras dos docentes e dos servidores públicos em geral”, disse a professora Adriana Tufaille, diretora da Adusp.

## Sem mobilização seu salário seria dois terços do que é hoje

As greves e mobilizações organizadas pelo Fórum das Seis impactam positivamente os salários dos servidores das universidades estaduais paulistas (Unesp, Unicamp e USP), como pode ser visto quantitativamente no gráfico. Os valores absolutos mostrados são referentes ao salário bruto inicial de professor doutor, mas as porcentagens de ganho das mobilizações são as mesmas para as três universidades, tanto para professores quanto para funcionários técnico-administrativos, mesmo para os servidores da Unesp que ainda não receberam os 3% de reajuste de 2016. Os dados referem-se ao período de janeiro de 2000 a junho de 2016.

Se os trabalhadores tivessem simplesmente aceitado as propostas iniciais do Cruesp, o salário inicial de doutor seria hoje R\$ 7.260. Como houve negociações e mobilizações, esse salário é **47% maior**, ou seja, R\$ 10.675. Se a referência usada for o salário recebido, esta porcentagem é 32%. Dito de outro jeito, sem mobilização **o salário seria aproximadamente 2/3 do que é hoje**.

A faixa amarela do gráfico refere-se aos valores acumulados no período para um professor doutor, que são de aproximadamente R\$ 347 mil em valores absolutos ou R\$ 541 mil se corrigidos pelo índice ICV do Dieese. Este acumulado refere-se aos professores que já estavam trabalhando em 2000, mas é apenas uma referência de limite mínimo, pois no período de 16 anos já receberiam mais 3 quinquênios, sobre os quais incidiriam também os reajustes maiores devido às mobilizações. Se o docente teve outras promoções, o valor seria ainda maior.

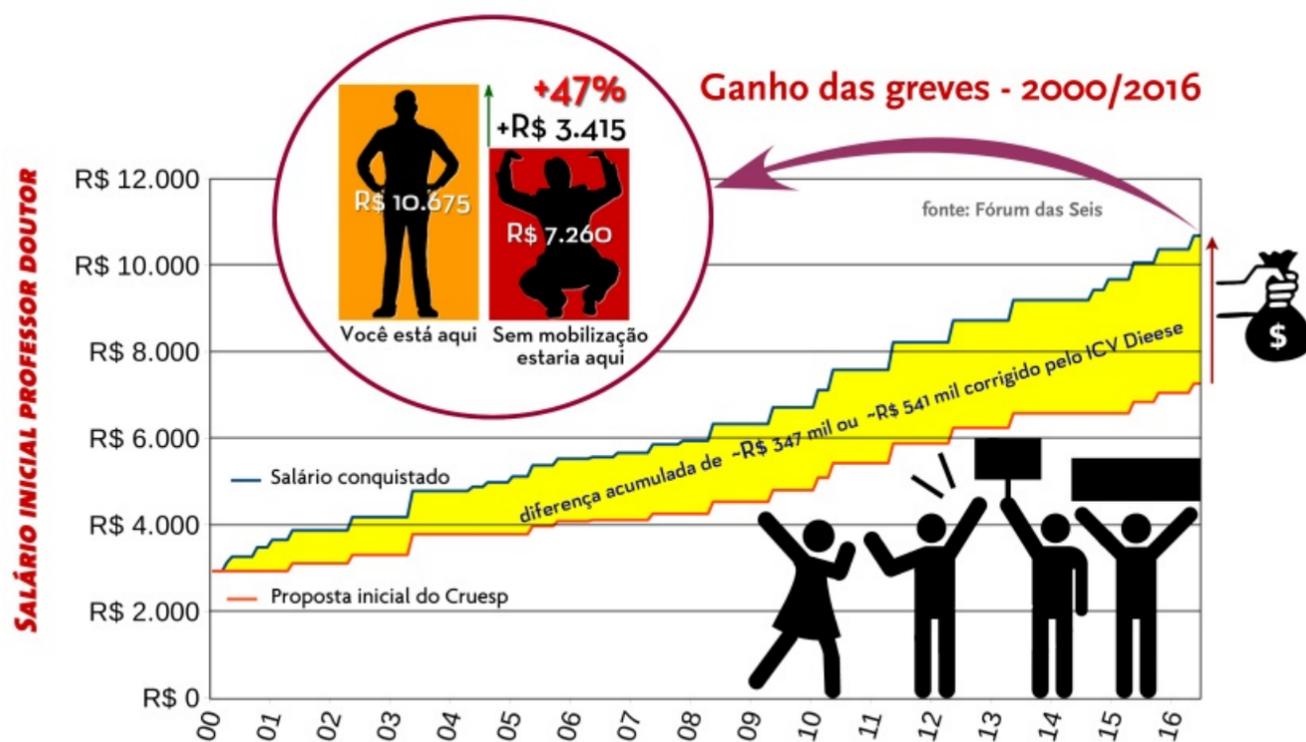
A diferença acumulada no período para quaisquer servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos pode ser estimada da seguinte forma: a cada R\$ 1.000 do salário-base recebido hoje, este acumulado seria aproximadamente de R\$ 34 mil ou R\$ 53 mil corrigidos pelo ICV do Dieese.

Os ganhos das mobilizações também podem ser conferidos na tabela, que mostra os índices de reajustes conquistados ao lado das propostas iniciais do Cruesp, quando o que se conquistou foi maior que a proposta inicial. No período de 2000 até hoje, houve greve nas universidades estaduais paulistas durante as campanhas salariais dos

seguintes anos: 2000, 2003, 2004, 2005 (no segundo semestre por conta da LDO), 2007, 2009, 2010, 2013 (somente na Unesp), 2014 e 2016. Como é possível perceber, em 2002, 2005 e 2006, não houve greve salarial, apenas a possibilidade de

realização de greve foi suficiente para que as negociações do Fórum das Seis com o Cruesp ensejassem reajustes salariais maiores que a proposta inicial das reitorias.

A fonte de dados são os boletins do Fórum das Seis.



|            | Proposta inicial do Cruesp % | Reajuste conquistado % |      |             |
|------------|------------------------------|------------------------|------|-------------|
| 2000 greve | 0                            | 24,52                  | 7,00 | abril/00    |
|            |                              |                        | 3,97 | maio/00     |
|            |                              |                        | 6,70 | outubro/00  |
|            |                              |                        | 4,90 | janeiro/01  |
| 2002       | 6,43                         | 8,00                   | 8,00 | maio/02     |
| 2004 greve | 0                            | 4,18                   | 2,00 | maio/04     |
|            |                              |                        | 2,14 | agosto/04   |
| 2005       | 0                            | 2,76                   | 2,76 | janeiro/05  |
| 2006       | 0                            | 1,79                   | 1,79 | outubro/06  |
| 2007 greve | 0                            | 1,50                   | 1,50 | novembro/07 |
| 2014 greve | 0                            | 5,20                   | 2,57 | setembro/14 |
|            |                              |                        | 2,57 | dezembro/14 |

# Reitoria demite servidor envolvido em corrupção

O reitor da USP, M.A. Zago, dispensou por justa causa, em 29/7/2016, o servidor Paulo César Britisqui, ex-chefe do Setor de Compras e ex-chefe técnico da Divisão de Finanças da Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto (PUSP-RP). A demissão baseou-se em conclusão de Comissão Processante Disciplinar, que investigou uma série de pagamentos irregulares realizados por Britisqui à Starling & Estevão, em 2013. Essa empresa foi contratada pela PUSP-RP por R\$ 880 mil, mas recebeu R\$ 1,278 milhão, por meio de pagamentos duplicados. Denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), o caso foi divulgado em reportagens publicadas pelo *Informativo Adusp* 374 (<http://bit.ly/2qwxZ8r>) e 375 (<http://bit.ly/2pLEW52>).

Trata-se de um caso emblemático de corrupção, por vários motivos. Quando foi contratado pela USP, Britisqui já havia sido demitido pela Caixa Econômica Federal, em 2001, por cometer fraudes e irregularidades na agência de Santa Gertrudes (SP). Em 2008, ele foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a devolver ao banco estatal R\$ 266 mil (em valores da época). Dois anos depois, o TCU inseriu seu nome na relação de gestores públicos proibidos de disputar eleições, em função da Lei da Ficha Limpa.

Apesar de tudo isso, Britisqui tornou-se pregoeiro oficial do campus de Ribeirão Preto e foi incluído na lista de pregoeiros oficiais do governo estadual na área de ensino superior. Mesmo depois de

ter sido objeto de uma outra comissão de sindicância e de outro processo administrativo disciplinar em razão de irregularidades na compra de alimentos, Britisqui obteve uma promoção no processo de avaliação interna.

**Eventual omissão.** É necessário apurar a eventual convivência ou omissão de autoridades como os prefeitos e vice-prefeitos do campus. Quem declarou a Starling & Estevão vencedora da licitação, em maio de 2012, foi o então prefeito do campus, José Moacir Marin, que negou recurso de outra empresa concorrente e classificou apenas duas empresas, uma delas a Starling & Estevão. O prefeito Osvaldo Bezzon, por sua vez, foi quem assinou o aditivo que conce-

deu à Starling & Estevão mais R\$ 847 mil, em junho de 2013.

Como a Reitoria não divulgou os resultados da Comissão Processante Disciplinar, não se sabe se foram tomadas as medidas judiciais de modo a que a empresa em questão, que se beneficiou dos atos de um servidor corrupto, seja punida de algum modo e obrigada a devolver os valores que amealhou ilícitamente.

A tentativa de Britisqui de reverter judicialmente a decisão da Reitoria não encontrou guarida, ao menos por enquanto. Em 14/2/17 a juíza Malu Malucelli Araújo, da 1ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, negou a tutela antecipada para decretação da nulidade da dispensa por justa causa, com a reintegração do servidor ao seu emprego (<http://bit.ly/2p5de42>).

## Co “elege” dois de seus membros para compor conselho da FUSP, fundação privada

“Eleição de dois membros docentes do Co, para compor o Conselho Curador da FUSP [Fundação Universidade de São Paulo], em decorrência do término do mandato dos professores doutores Antonio Roque Dechen e Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz”: este foi o item 5 da pauta da reunião do Conselho Universitário realizada em 11/4. O tópico chama a atenção por sua ilegalidade.

Não cabe a um órgão público, nem a servidores públicos, preencher cargos em colegiados de entidades privadas, como a FUSP. No entanto, essa distorção tornou-se rotineira na USP. Nas reuniões do Co realizadas em 10/2/2009 e em 26/3/2013, por exemplo, foram eleitos (em cada ocasião) três membros do Conselho Curador da FUSP.

Os estatutos das fundações privadas ditas “de apoio” é que determinam, à revelia da lei, o preenchimento de determinados cargos nessas entidades por docentes que estejam no exercício de cargos de chefia ou direção, tais como chefe de departamento, diretor de unidade, pró-reitor ou reitor. Ao atender ao comando de uma entidade privada, como a FUSP, o reitor, dirigente ou colegiado público que assim age contribui para que o interesse público possa ser subordinado a

interesses privados, gerando situações de patente conflito de interesses.

Vale lembrar que em 2015 a FUSP esteve no centro de um escândalo, revelado por reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* <http://bit.ly/1JkBRHD>. À época, o reitor, que preside o Conselho Curador da FUSP, prometeu manter a comunidade universitária “informada sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Sindicante e das medidas tomadas pela fundação”. Mas não cumpriu a promessa: confira aqui <http://bit.ly/2pHLeTi>.

**Novos membros.** Na reunião de 11/4, os membros do Co eleitos para compor o Conselho Curador da FUSP foram Maria das Graças Bomfim de Carvalho, diretora da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EE-FERP) e Luiz Gustavo Nussio, diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). As candidaturas de ambos foram articuladas e apresentadas no Co por apoiadores, o que sugere interesse em atuar na FUSP.

A professora Maria das Graças, por exemplo, ex-diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), foi indicada para compor o Conselho Curador da FUSP não apenas por sua com-

provada experiência acadêmica, mas também porque, segundo uma das apoiadoras, “teve experiência” na Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto (Fierp), uma fundação privada dita “de apoio” cujo Conselho Curador ela presidiu. Maria das Graças também integrou o Conselho Curador da Faepa, a fundação privada que controla o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Já o professor Nussio teve sua candidatura defendida pelo diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e superintendente de Prevenção e Proteção da USP, José Antonio Visintin, e pelo representante da Congregação da Esalq, professor Sílvio Moure Cícero. Nussio, disse Visintin, é “um grande administrador, porque dentro da Esalq temos uma grande fundação [Fealq, privada]”, e “vai fazer um excelente trabalho dentro da nossa [sic] Fundação Universidade de São Paulo”.

Talvez pelo fato de que o ponto central da pauta da reunião do Co de 11/4 seria a votação dos “Parâmetros”, nenhum conselheiro questionou a indicação de agentes públicos para compor o conselho de uma entidade privada, ademais envolvida em escândalo recente.

## STF autoriza cobrança em cursos *lato sensu*

Em sessão realizada no dia 26/4, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a cobrança em cursos *lato sensu* oferecidos por universidades públicas. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 597854, com repercussão geral reconhecida, da Universidade Federal de Goiás (UFG) contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que considerou inconstitucional a cobrança de mensalidade em um curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional oferecido por aquela instituição pública, tendo em vista a garantia constitucional de gratuidade de ensino público (artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal).

O julgamento teve início na sessão de 20/4, quando o ministro Edson Fachin leu seu relatório favorável ao recurso. Um dos *amici curiae* a falar foi o Confies, que representa as fundações privadas ditas “de apoio”, interessadas em defender os cursos pagos.

O julgamento se encerrou em 26/4, quando o STF, “por maioria e nos termos do voto do relator [...] deu provimento ao recurso para denegar a segurança pleiteada, e fixou a seguinte tese: ‘A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização’, vencido o ministro Marco Aurélio”. Presidiu o julgamento o ministra Cármen Lúcia.

# Alunos tentam derrubar grade da ECA e PM “Koban” prende e agride um deles

A manifestação realizada por estudantes e funcionários da USP, convocada como parte da greve geral do dia 28/4, foi reprimida duas vezes pela Polícia Militar e terminou em confronto na ECA.

O protesto começou em frente ao Portão 1 da USP às 6 horas da manhã e seguiu em direção à Ponte Bernardo Goldfarb, onde foi montada uma barricada. Por volta das 10 horas, os manifestantes decidiram voltar até a universidade. A Tropa de Choque da PM, entretanto, reprimiu nesse momento o ato pela primeira vez, iniciando uma perseguição aos manifestantes pelas ruas do Butantã até a entrada da USP.

Após a dispersão de parte dos manifestantes, estudantes que participaram do protesto decidiram derrubar a grade instalada na ECA pela Reitoria, que cerca o prédio onde estão a vivência estudantil e a antiga sede do Sintusp, além de isolar a maior parte do perímetro da “Prainha”. Enquanto os estudantes tentavam derrubar as grades com as próprias mãos, a PM os cercou por trás utilizando cassetetes, bombas de gás e *spray* de pimenta.

O estudante Gabriel Martins, aluno da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), foi agredido a pontapés por policiais militares do “Sistema Koban”, ao tropeçar enquanto fugia da repressão. O jovem foi detido, arrastado pelo cabelo e colocado dentro de uma viatura do “policiamento comunitário” da PM. Pelo menos cinco policiais militares participaram da episódio.

**Jaula.** “Embora eu não tenha participado da derrubada das grades, eu estava tocando tambor na agitação do protesto, considero muito importante a ação dos estudantes, porque a Reitoria colocou aquelas grades no nosso espaço de maneira completamente arbitrária, com um dinheiro que alega não ter”, disse Gabriel ao *Informativo Adusp*. “É uma situação em que a Reitoria se mostra autoritária como sempre, nos colocando nesta jaula, vigiados pela Koban”.

Gabriel foi acusado em Termo Circunstanciado por supostos crimes de resistência à prisão e lesão corporal, por supostamente ferir três policiais. Um representante da USP registrou um Boletim de Ocorrência contra o estudante por dano ao patrimônio. Além



Folhapress

Momento da detenção de Gabriel, algemado e arrastado pelo cabelo

disso, policiais ameaçaram o estudante, que é indígena, de incriminá-lo por falsidade ideológica ao recusar-se a se declarar branco.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, o diretor da ECA, professor Eduardo Monteiro, não se posicionou sobre o ocorrido até o fechamento desta edição.

**Nota do CALC.** O Centro Acadêmico Lupe Cotrim, da ECA, emitiu nota a respeito do episódio, intitulada “Não toleramos repressão. Todo apoio à luta dos estudantes!”. A seguir, a íntegra da nota:

“Hoje aconteceu o ato unificado da USP em apoio a greve geral. Desde às 6h da manhã, estudantes, trabalhadores e membros de movimentos sociais organizaram uma manifestação pacífica, que ocupou as ruas do Butantã em defesa dos direitos trabalhistas e contra as reformas de Michel Temer.

A resposta da Polícia Militar foi a mesma de sempre: bombas e cassetetes, desrespeitando o caráter democrático e plural dos protestos.

Esgotados pelo autoritarismo que estamos enfrentando, desde a Reitoria da USP até o Planalto, os

estudantes partiram para a ação direta. A ideia era derrubar as grades da ECA, símbolo maior da intransigência do reitor.

A repressão foi retomada, os estudantes foram dispersados na base da porrada, e um estudante da FEA foi detido, mais uma vez sem motivo. Detido por lutar por um país melhor.

Não vamos mais admitir.

As ações e reações de hoje deixam claro que o grito dos estudantes é uníssono: não mais arbitrariedade, não mais autoritarismo e abaixo as grades!”

## Após audiência, juiz pede respostas da USP sobre o fechamento da Creche Oeste

O juiz Danilo Mansano Barioni, da 1ª Vara de Fazenda Pública, decidiu manter suspenso o pedido de reintegração de posse da Creche Oeste e pediu à USP justificativas quanto ao fechamento da creche e ao futuro uso do prédio. A decisão aconteceu após audiência de conciliação realizada no dia 20/4 entre procuradores da USP, o superintendente de Assistência Social, Fábio Müller Guerrini, mães de crianças matriculadas na creche e representantes da Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste (APEF), da Associação dos Docentes (Adusp) e do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp).

A creche foi fechada sem aviso prévio no dia 16/1. Desde então, ela permanece ocupada por pais, estudantes e funcionários, que exigem sua reabertura, o

preenchimento das vagas ociosas e a incorporação das crianças do Conjunto Residencial (Crusp) nas creches. É a Ocupação Creche Aberta.

Em 28/3, a pedido da USP, o juiz Barioni expedira a reintegração de posse, suspensa em 10/4 pelo Tribunal de Justiça (TJ-SP). Porém, após duas horas e meia da audiência realizada em 20/4 com as partes em disputa, o magistrado mudou seu entendimento. A seu ver, segundo a ata da audiência, ficou claro que “o fechamento da Creche Oeste ocorreu de forma inexplicavelmente abrupta, sem o mínimo planejamento e sem dimensionamento de eventual comprometimento da estrutura montada no imóvel, específica e complexa, voltada ao atendimento dos menores”.

Pesou contra a USP a falta de explicações para o fechamento

da creche. Para o juiz, “ficou claro que não há qualquer planejamento relacionado ao destino do mesmo imóvel” e “em simples resumo, a autora [a USP] não tem o que fazer com o imóvel, ou ao menos isto não comprovou”. Barioni deu o prazo de 10 dias, a partir da data da audiência, para que os representantes da USP na audiência retornem à 1ª Vara de Fazenda Pública “com resultado da conversa com o Reitor para fins de encaminhamento e solução da questão”.

“A decisão da justiça foi acertada dada a importância de manter a Creche Oeste aberta e sob administração da USP”, declarou a professora Adriana Tuface, diretora da Adusp. “Essa importância tem a ver com as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas pela creche”.